

SAÚDE MENSTRUAL NAS ESCOLAS

ações de extensão em instituições de educação profissional e tecnológica

MENSTRUAL HEALTH IN SCHOOLS

extension actions in professional and technological education institutions

Angélica Antonechen Colombo¹

Júlia Vitória Bianco²

Isabelle Soares Rodrigues³

RESUMO

A pobreza menstrual é um problema profundamente enraizado no cotidiano de pessoas que menstruam e que, dentro de suas complexidades, se caracteriza, principalmente, pela falta de acesso a produtos adequados e ao conhecimento sobre o próprio corpo, enfrentado por milhares de meninas, mulheres e demais menstruantes diariamente, ressaltando a vulnerabilidade e desigualdade social vivenciada no país. A pobreza menstrual atinge cerca de 26% das adolescentes brasileiras entre 15 e 17 anos, isto significa que essas jovens não têm condições financeiras para comprar os próprios absorventes, estimando que uma em cada dez estudantes perdem aulas quando estão menstruadas. O presente trabalho apresenta um recorte de um projeto de pesquisa e de extensão desenvolvido em uma instituição de ensino de educação profissional e tecnológica, contemplado durante três anos com financiamento institucional e que contou com cerca de nove bolsistas, estudantes do ensino médio integrado. O texto tem como objetivo primário apresentar um relato de experiência a respeito das etapas desenvolvidas pelo projeto e, como objetivos secundários, expor os resultados da investigação a respeito da vulnerabilidade menstrual no Brasil e na região na qual a instituição está localizada, além de descrever as ações extensionistas desenvolvidas na instituição, a fim de mitigar ou informar a comunidade escolar a respeito deste fenômeno. Para a metodologia da investigação a respeito da vulnerabilidade menstrual, foi utilizada a pesquisa de caráter documental para os dados do Brasil e aplicada por meio de questionário estruturado, para o levantamento dos casos de vulnerabilidade menstrual na instituição, ambos os dados foram analisados a partir da análise exploratória dos dados. Como resultados, foi possível constatar que, falar sobre saúde menstrual é extremamente necessário, principalmente no ambiente escolar, a fim de desconstruir os tabus e estigmas ainda existentes nesse

1 Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campo Largo, PR, Brasil. Doutora em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá, PR, Brasil. E-mail: angelica.colombo@ifpr.edu.br

2 Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, PR,

Brasil. Graduanda em Ciências Biológicas pela UFPR.

3 Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campo Largo, PR, Brasil. Estudante do Curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio do IFPR.

âmbito, na busca de oferecer informações corretas sobre o tema e oferecer meios de mitigar possíveis situações de vulnerabilidade menstrual.

Palavras-chave: Dignidade menstrual; Ensino médio integrado; Educação profissional e tecnológica; Extensão.

ABSTRACT

Menstrual poverty is a deeply rooted issue in the daily lives of people who menstruate. It is characterized primarily by the lack of access to appropriate products and knowledge about one's body, a reality faced by thousands of girls, women, and other menstruators on a daily basis. This problem underscores the social vulnerability and inequality experienced across the country. Menstrual poverty affects approximately 26% of Brazilian adolescents aged 15 to 17, meaning these young individuals cannot afford sanitary products. It is estimated that one in ten students misses school during their menstrual period due to this issue. This paper presents a segment of a research and outreach project developed at a vocational and technological education institution, which was funded for three years through institutional grants and involved around nine scholarship students from an integrated high school program. The primary objective of this text is to offer an experiential report on the project's stages of development. Secondary objectives include presenting the research findings on menstrual vulnerability in Brazil and the region where the institution is located, as well as describing the outreach activities conducted by the institution aimed at mitigating or informing the school community about this issue. The methodology used to investigate menstrual vulnerability involved documentary research for the national data and a structured questionnaire to assess cases of menstrual vulnerability within the institution. Both data sets were analyzed using exploratory data analysis. The findings suggest that discussing menstrual health is extremely necessary, especially in school environments, to dismantle the existing taboos and stigmas, provide accurate information on the subject, and offer ways to mitigate potential cases of menstrual vulnerability.

Keywords: Menstrual dignity; Integrated High School; Professional and technological education; Extension.

INTRODUÇÃO

A extensão é entendida como uma atividade educativa que compreende e questiona a realidade, buscando oferecer formas de resolução dos problemas encontrados, promovendo a transformação e o desenvolvimento da comunidade, reafirmando sua importância na formação de indivíduos e na produção de conhecimento (Gonçalves, 2016). A Rede Fe-

deral de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), criada em 2008 pela Lei n.º 11.892, por meio de suas instituições, tem como um de seus objetivos desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos

e tecnológicos (Brasil, 2008). Nesse sentido, a extensão compreende um processo interdisciplinar, educativo, cultural, social, inclusivo, científico e tecnológico que deve promover — de forma indissociável ao ensino e à pesquisa — a interação entre a instituição e a sociedade.

Diante disso, indissociável ao ensino e à pesquisa, as atividades de extensão são essenciais para a formação integral dos estudantes. As ações de extensão dos Institutos Federais favorecem a omnilateralidade, isto é, a formação integral e holística dos indivíduos, ao proporcionar aos estudantes experiências diversificadas e enriquecedoras, que não se limitam ao conhecimento teórico e técnico, mas também abarcam aspectos éticos, sociais e culturais. Ações de extensão estimulam a reflexão crítica, o engajamento cívico e a responsabilidade social, proporcionando uma formação mais abrangente e humanística (Pacheco; Morigi, 2012).

Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar um relato de experiência das etapas do projeto de pesquisa e extensão desenvolvido no Instituto Federal do Paraná (IFPR), no campus Campo Largo, cujo objetivo era investigar aspectos históricos, filosóficos e sociológicos da saúde feminina. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2020 e 2023 pela docente e pesquisadora responsável pelo componente curricular de Filosofia, e foi contemplado com bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos e do Programa Institucional ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Durante o período de desenvolvimento do projeto, nove estudantes, dos cursos de ensino médio integrado, foram contempladas com bolsas para a realização das etapas do projeto.

Um dos desdobramentos do projeto de pesquisa foi se aprofundar sobre os debates a respeito da saúde menstrual e em como ela afetava a vida das pessoas que menstruam. A problemática da saúde menstrual surgiu da inquietação das próprias estudantes a respeito do conceito de pobreza menstrual, que começou a circular após a publicação, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Relatório *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violação de direitos*, em 2021. Em vista disso, uma das atividades do projeto foi a de investigar questões relacionadas ao tema e propostas de mitigação de casos de vulnerabilidade menstrual da comunidade escolar.

À medida que os resultados desta investigação foram tomando forma, também foram articuladas ações que pudessem remediar localmente aqueles afetados pela vulnerabilidade menstrual. Dito isso, este texto apresentará os resultados da investigação a respeito da vulnerabilidade menstrual no Brasil e na região na qual o campus está localizado, mais precisamente, no estado do Paraná, na cidade de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. E, também, apresentará as ações extensionistas desenvolvidas na instituição, a fim de mitigar ou informar a comunidade escolar a respeito deste fenômeno. Importante destacar que todos os dados levantados e apresentados neste trabalho, e todas as ações realizadas, aconteceram com a participação de bolsistas que atuaram no projeto desde o seu início, e que, por esse motivo, serão aqui representadas pelas autoras deste trabalho.

Para fins de esclarecimento, o texto será organizado da seguinte forma: serão primeiramente apresentadas as referências que determinam o conceito de pobreza menstrual, além dos dados referentes ao fenômeno no

Brasil, no Paraná, na Cidade de Campo Largo e em especial, no IFPR campus Campo Largo. O material apresentado foi coletado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de documentos oficiais norteadores e relatórios em bancos de dados de órgãos oficiais, como, por exemplo, nos sites dos Ministérios da Educação e da Saúde, no Datasus, nos sites oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU, 2022), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, [s.d.]) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022). E ainda, para o levantamento sobre casos de vulnerabilidade menstrual, optou-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada a partir de questionário estruturado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição⁴. Por fim, serão apresentadas as ações extensionistas realizadas pelas estudantes bolsistas do projeto a fim de promover a dignidade menstrual para a comunidade escolar.

2. A PROBLEMÁTICA DA POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

Segundo dados do relatório sobre dignidade menstrual publicado em 2021 pela UNFPA e pela UNICEF, a pobreza menstrual é um fenômeno social multidimensional, que se caracteriza pela falta de saneamento básico, conhecimento e condições financeiras para arcar com os custos de vivenciar um período menstrual digno. Ainda no mesmo documento, a problemática da pobreza menstrual é fortemente associada à desigualdade social no Brasil, quando se destacam dados como o de pobreza extrema e a alarmante falta de saneamento básico enfrentada por uma parcela considerável da população feminina brasileira.

Tanto no documento apresentado pela UNFPA/UNICEF (2021), quanto no relatório aqui apresentado, dados como os de vulnerabilidade econômico-social serão de suma importância, uma vez que a discussão sobre a pobreza menstrual e pesquisas estatísticas na área ainda são raras e pouco embasadas. Conforme a definição dada pela Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (WWP) “pobre seria todo aquele cujo nível de renda ou consumo per capita de sua família, ou domicílio ficasse abaixo do mínimo essencial para suprir necessidades humanas básicas. Esse mínimo é, usualmente, chamado ‘linha de pobreza’” (WWP, [s.d.]).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNA-DC), utilizados em pesquisa realizada pelo Instituto Trata Brasil e a BRK Ambiental (2022), mais de 15 milhões de brasileiras vivem sem acesso à água tratada, dado que se vincula diretamente aos índices de pobreza menstrual. Ainda segundo a WWP, o conceito de pobreza pode variar conforme o cenário no qual a pessoa está inserida e de acordo com as necessidades consideradas básicas naquele contexto. O estado de vulnerabilidade no Brasil afeta, dentre outras esferas, aquelas exploradas na sigla WASH (Water, Sanitation and Hygiene), amplamente empregada pela UNICEF para se referir ao direito de acesso à água, saneamento básico e higiene a todos. Esses conceitos estão diretamente ligados a uma vivência saudável do período menstrual, uma vez que a falta de acesso a essas condições básicas pode afetar a saúde e a dignidade de meninas, mulheres e demais menstruantes (UNFPA/UNICEF, 2021).

⁴ Aprovação do protocolo por meio do CAAE: 40373620.9.0000.8156.

A partir de microdados retirados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017/2018 (IBGE, 2020), que apresenta informações sobre crianças e adolescentes no ambiente doméstico, foi constatado que mais de 710 mil meninas, cerca de 4,61% do total da pesquisa, vivem sem acesso a banheiro exclusivo aos moradores em suas residências. Na mesma pesquisa é possível encontrar dados de que mais de 900 mil meninas não têm acesso à água encanada em pelo menos um cômodo de suas moradias, condizendo a 5,84% do total estimado. Por fim, ao falar de saneamento básico, temos 6,5 milhões de meninas que não tem escoadouro ligado à rede geral. Todos esses dados corroboram para a falta de acesso à higiene básica dessas pessoas.

Devido à notória falta de estrutura que milhões de menstruantes enfrentam em seus lares para viver um período menstrual digno, esperava-se que escolas e demais instituições de ensino conseguissem oferecer condições minimamente adequadas para as suas estudantes e colaboradoras em idade fértil. Porém, segundo dados retirados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015, isso não acontece (Brasil, 2016). A partir da pesquisa supracitada, sabe-se que 321 mil, ou seja, 3% das meninas estudantes do Brasil, frequentam escolas que não possuem banheiros em condições de uso. Dentro desse dado, tem-se que mais de 77% das escolas desse recorte são públicas estaduais. Estima-se que cerca de 1,24 milhões das estudantes brasileiras, 11,6% do total, não tenham acesso a papel higiênico nas suas escolas. Mais de 650 mil estudantes não têm pias em condição de uso, e mais de 3,5 milhões não têm sabão nos banheiros das instituições de ensino que frequentam (Brasil, 2015).

Ao cruzar esses dados, tem-se que 4 milhões, ou seja, 38% das estudantes brasileiras, fre-

quentam escolas que não oferecem ao menos um dos itens de higiene básica listados anteriormente, e quase 200 mil estudantes frequentam escolas que não oferecem nenhum dos itens citados (Brasil, 2015). Em nenhuma das pesquisas até aqui citadas há dados sobre o acesso a absorventes, seja na escola ou em casa. Como apresentado anteriormente, um dos principais aspectos que definem a pobreza menstrual é a falta de conhecimento sobre a saúde menstrual, portanto, se torna importante oferecer educação sexual para crianças e adolescentes. Isso porque ter noção sobre si e o seu próprio corpo permite que o indivíduo consiga tomar melhores decisões sobre si mesmo, além do conhecimento, poder desmistificar o preconceito que ronda o tema menstruação em diversas esferas da sociedade, preconceito esse que limita muitas vezes o desenvolvimento de meninas, mulheres e menstruantes em uma participação mais ativa nas escolhas sobre o seu papel na sociedade (Cassimiro *et al.*, 2022).

Dados como o de falta de conhecimento, aliado à falta de acesso a banheiros e demais aspectos do saneamento básico, apontam para um problema ainda maior. A privação das pessoas a tais direitos, uma vez que a dignidade menstrual é uma questão de saúde pública, agrava ainda mais os riscos de violência sexual, aumentando a constante preocupação que meninas e mulheres e menstruantes têm quanto à sua integridade física (Rodrigues; Botelho, 2022).

Importante lembrar que, segundo a Constituição de 1988, o acesso à saúde é um direito a ser assegurado tanto pelas esferas estaduais como municipais, porém, políticas públicas para esse aspecto vêm sendo desenvolvidas há pouquíssimo tempo no âmbito nacional. Esse arranjo fazia com que essa demanda fosse atendida principalmente por iniciativas

privadas a partir de doações, que mesmo tendo a sua importância social, não asseguram a mesma estabilidade que um processo legal (Moura, 2013). Contudo, vale citar as ações já apresentadas no âmbito federal, como as das deputadas Marília Arraes e Tabata Amaral, que apresentaram projetos de lei voltados à distribuição gratuita de absorventes em meados de 2019 e 2020, tanto em escolas como em unidades básicas de saúde. O projeto da deputada Marília Arraes foi aprovado em 2021, porém o projeto de Tabata Amaral foi arquivado.

Um avanço ao se tratar sobre políticas públicas voltadas ao combate à pobreza menstrual é o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, aprovado em março de 2023, que visa a distribuição gratuita de absorventes para: pessoas inscritas no Cadastro Único; pessoas em situação de rua ou pobreza; matriculadas em escolas públicas pertencentes a famílias de baixa renda; e pessoas que estejam no sistema penal e jovens que cumpram medidas socioeducativas. Além disso, segundo dados publicados pela Agência Brasil, há a proposta de treinar agentes públicos para estarem aptos a dar informações sobre a dignidade e saúde menstrual, e também de trabalhar a inclusão dessas mulheres em ações e programas de proteção à sua saúde (Pimentel, 2023).

Importante ressaltar que, mesmo sendo um passo importantíssimo na busca pela dignidade menstrual a todas as pessoas menstruantes, o programa ainda é muito recente e irá necessitar de certo tempo até ser amplamente executado na sociedade. Isso é um problema, visto que a cada dia milhares de pessoas continuarão sofrendo da pobreza menstrual, justificando a necessidade de continuar se discutindo a temática, para que assim as leis existentes possam ser fielmente cumpridas e demais iniciativas possam ser viabilizadas no futuro.

Ainda conforme a pesquisa realizada pela PeNSE em 2015, foi constatado que o recorte de estudantes brasileiros que mais receberam orientações sobre prevenção a gravidez (sendo o tema mais próximo à educação sexual) foi o de meninas de 14 anos, com quase 80% do total. Quanto aos meninos temos que a taxa de desinformação sobre o tópico é cerca de 19% maior quando comparada à desinformação entre as meninas. Quando é feito o recorte por região há mais um dado alarmante: enquanto meninas das regiões norte, nordeste e sudeste tiveram uma taxa de acesso a essas informações de mais de 70%, as meninas do centro-oeste e do sul apresentaram uma taxa mais de 20% menor que as das outras regiões (Brasil, 2015).

Dados como esses são reflexo da maneira como a sociedade brasileira lida com aspectos ligados ao biológico feminino, bem como a constante responsabilização da mulher quanto à contracepção e à própria concepção. Além disso, queremos chamar a atenção para o recorte regional, que pode indicar maneiras como costumes patriarcais, preconceituosos e sexistas regem a cultura da região sul. Uma vez que, mesmo estando entre uma das macrorregiões brasileiras com maior Índice de Desenvolvimento Humano, questões relacionadas à saúde sexual, como a educação sexual em si, ainda são tratadas com tamanho preconceito que muitas vezes nem mesmo são citadas (Brasil, 2015).

Apesar de o tópico menstruação ainda ser rodeado de diversos preconceitos e ser extremamente difícil de ser discutido, existem algumas iniciativas ao redor do estado do Paraná que valem a pena ser mencionadas. Em outubro de 2021, foi aprovada, pelo governador Ratinho Júnior, a lei que incentiva a contribuição e distribuição de absorventes, onde o próprio Governo do Estado estaria

apto a receber essas doações. Essa lei, além de abranger as mulheres, compreende também a população transexual, uma vez que o dispositivo preconiza “garantir saúde básica menstrual para pessoas com útero ativo”. No entanto, segundo a jornalista Jess Carvalho (2020) em matéria publicada no Jornal Plural Curitiba, o governo estadual se dispensa dessa distribuição para mulheres detentas, e quem fica responsável por essa função são as instituições do terceiro setor.

Segundo a Procuradoria Especial da Mulher (Promu) da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e o Coletivo Igualdade Menstrual, em matéria publicada pelo site de notícias G1 (2022), dos 399 municípios do Paraná, em 2022 havia 16 cidades que estimulavam a distribuição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incentivando a luta contra a pobreza menstrual. Contudo, nenhuma das 16 cidades estava localizada na região metropolitana de Curitiba. Apesar de a mesma matéria dizer que Campo Largo estava entre uma das três cidades em processo de tramitação para a instauração de projetos relacionados, até a presente data não foram encontrados novos dados a respeito.

Uma vez que não foram encontradas informações sobre a problemática no município, fez-se necessária a angariação de dados, a fim de buscar chegar a resultados mais condizentes com a realidade da região em questão. A partir disso, foram desenvolvidos questionários a serem aplicados no IFPR campus Campo Largo. O estudo relacionado à saúde menstrual vem sendo desenvolvido no campus Campo Largo desde 2021. Porém, foi em 2022 que a equipe formada pelos estudantes bolsistas iniciou a aplicação de questionários

no campus. No próximo tópico será apresentado o método utilizado na pesquisa citada, além da análise dos dados coletados.

3. VULNERABILIDADE MENSTRUAL NO CAMPUS: MÉTODO E RESULTADOS

Este tópico tem como objetivo apresentar os resultados da investigação sobre a vulnerabilidade menstrual no IFPR campus Campo Largo. Nesta etapa da pesquisa, foi utilizada a metodologia de pesquisa aplicada, por meio do levantamento de casos de vulnerabilidade menstrual na instituição, com aplicação de um questionário estruturado. Para a análise dos dados, optou-se pela análise exploratória dos dados.

Para a aplicação do questionário, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, que, após o período de análise, foi aprovado através do CAAE: 40373620.9.0000.8156. Além disso, para a aplicação dos questionários, o projeto obteve da direção do campus a autorização, que ainda auxiliou no compartilhamento do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) aos estudantes e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis. A pesquisa foi realizada online, por meio de formulários do Google e todos os participantes e responsáveis foram informados sobre os riscos e os benefícios, conforme indicado no protocolo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

A equipe de bolsistas aplicou pela primeira vez o questionário intitulado *Concepções sobre a saúde menstrual* no segundo semestre de 2022, também aprovado pelo Comitê de Ética⁵ e aplicado para todas as estudantes menstruan-

5 O projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa apresenta o mesmo número de parecer já citado no decorrer deste texto.

tes da instituição. Na época foram recebidas 35 respostas, que permitiram mapear o conhecimento e alcance da problemática, cujos resultados podem ser verificados no trabalho *Dignidade menstrual para todas as pessoas que menstruam!* (Colombo, 2023, p. 33).

A partir da análise da pesquisa anterior e seguindo as próximas etapas do projeto, surgiu o interesse de ampliar o alcance desse estudo. Isso porque as chances de a necessidade de algo maior ser implementado na instituição eram muito grandes, a ampliação do número de cursos ofertados para ensino médio técnico no ano de 2023 possibilitou que um número considerável de estudantes novas entrassem e, conseqüentemente, uma nova gama de informações e bagagem sobre o problema em questão. Portanto, durante o mês de maio de 2023, o questionário foi reaplicado a todas as estudantes de nível médio, técnico e superior do campus.

Após cerca de um mês da liberação do questionário, foram obtidas 60 respostas de estudantes entre 14 e 45 anos, que representam o novo recorte de participantes. Com o exame das perguntas feitas e das respostas obtidas, os dados foram separados em dois grupos: estigmas relacionados à menstruação e vulnerabilidade menstrual.

As perguntas feitas no primeiro grupo e que serão destacadas para esta análise, foram:

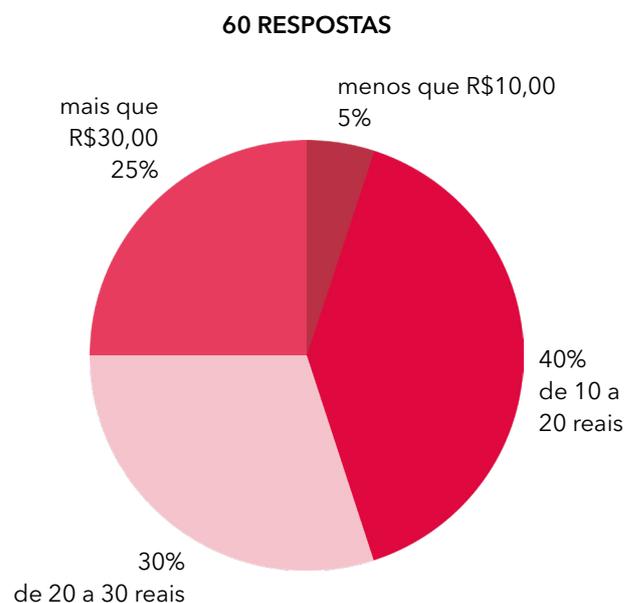
1. Você já deixou de ir para aula, pois estava menstruada?
2. Você já sentiu/sente vergonha de falar que está menstruada?
3. Você já presenciou alguma brincadeira ou ofensa de outras pessoas em relação à menstruação. Por exemplo: “Ela está brava/chata, deve estar de TPM”.

E para as perguntas feitas no segundo grupo, se destacaram aquelas que levantaram informações sobre os gastos com produtos de higiene feminina, um dos índices para determinar a existência de vulnerabilidade menstrual (UNFPA/UNICEF, 2021).

Dentre os gráficos correspondentes ao segundo grupo de análise, dois merecem destaque: o primeiro, ilustrado pelo gráfico 1, relacionado ao gasto médio por mês com produtos de saúde íntima, e o segundo, relacionado aquelas estudantes que já tiveram de improvisar com algo por não terem acesso a um absorvente quando estavam menstruadas. Ambos os gráficos apresentam um número considerável, diante da amostra, da existência de casos de vulnerabilidade menstrual no campus em que a pesquisa foi realizada.

O gráfico 1 representa os resultados para a seguinte pergunta: Se você usa ou usou absorvente externo ou interno descartáveis, qual é/era seu gasto médio por mês com eles? Se você usa mais os métodos reutilizáveis, como o coletor, coloque o valor que você gasta com ele no campo "Outros".

Gráfico 1. Gasto mensal com produtos de saúde íntima



Fonte: elaborado pelas autoras.

A relevância dos dados relacionados ao custo mensal por mês com absorventes, ou demais métodos de contenção de fluxo menstrual, têm destaque ao considerarmos os dados de pobreza nacional já mostrados no tópico anterior.

Do total de 60, 24 participantes, ou seja, 45%, disseram gastar até 20 reais mensais, representando a grande maioria. O número aumentou desde a pesquisa do ano passado (Colombo, 2023), onde mais de 50% das 35 respostas obtidas diziam que o gasto mensal era de até R\$ 10,00. A drástica diferença nessa comparação parece indicar que os gastos com esse tipo de produto aumentaram. Isso é preocupante, pois o salário mínimo aumentou apenas cerca de R\$ 100,00 no último ano, segundo nota oficial da Câmara dos Deputados, publicada em maio de 2023 (Machado, 2023). Vale esclarecer que o aumento dos valores dos absorventes acompanha as demais áreas do mercado, aumento este que não condiz com o reajuste salarial brasileiro.

Para o gráfico 2, foi feita a seguinte pergunta: Você já teve que improvisar algum material para substituir um absorvente? Se sim, pelo que (pode marcar mais de uma opção)? Dentre as 60 respostas obtidas nessa pergunta, 42 pessoas disseram ter improvisado com outro método quando estavam no período menstrual. Foi perguntado a elas então, caso se sentissem confortáveis em responder, com quais métodos alternativos elas já tiveram que contar. Dentre as opções marcadas, destaca-se o papel higiênico e o uso de um “paninho”, mesmos métodos que mulheres encarceradas relataram usar, conforme indicação da literatura.

Gráfico 2. Alunas que já tiveram que improvisar com algum material para substituir o absorvente



Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao serem questionadas se já deixaram de frequentar as aulas quando estavam menstruadas, conforme demonstrado no gráfico 3, 35 das 60 estudantes já haviam deixado de comparecer às aulas por estarem menstruadas. Ao comparar esses dados com os de estudantes que se sentiam constrangidas nesse período, quase 70%, é possível perceber que o desconforto de estar em um ambiente acadêmico/educacional pode ir além de aspectos físicos.

Gráfico 3. Alunas que já deixaram de ir à aula por estarem menstruadas



Fonte: elaborado pelas autoras.

A questão direcionada ao constrangimento ao falar sobre menstruação ou estar menstruada se mostrou bastante relevante ao apresentar que 60% das participantes afirmaram se sentir constrangidas. Além disso, é importante ressaltar que ao serem questionadas se ouviram alguma brincadeira ou ofensa em relação à menstruação, 93,3% afirmaram terem ouvido e algumas participantes relataram como isso aconteceu. Vale sublinhar duas respostas marcantes. A primeira é quando a participante disse que “são piadas que sempre acontecem”, ilustrando uma normalização de comentários que diminuem ou ridicularizam tal tema, e a segunda resposta merece destaque pois reafirma um estereótipo referente ao desconhecimento sobre o tema, quando a participante afirma que “Quando as pessoas falam que cólica não dói, é tudo frescura das mulheres”.

O constrangimento, os preconceitos e as brincadeiras comumente feitas com meninas, mulheres e demais menstruantes quanto ao tema menstruação são apenas alguns dos pontos que corroboram a perpetuação do preconceito e também da desigualdade de gênero. Uma vez que esses aspectos podem afetar não só física, mas psicologicamente essas menstruantes, o que, num ambiente acadêmico, afeta não só o seu desempenho em sala de aula, mas também em outros espaços.

Conforme a análise aqui apresentada, conclui-se que, diante da amostra, existia uma vulnerabilidade menstrual acentuada na instituição. Uma vez que, não só no campus em questão, mas na sociedade na qual ele está inserido, os tabus regem essa esfera, o preconceito quanto a diversos temas se mostra uma cultura difícil de ser trabalhada. Diante disso, justifica-se a necessidade de implementação de medidas que busquem mitigar a fragilidade de recursos e informação pela qual a problemática é caracterizada. Por isso,

no tópico a seguir serão apresentadas as ações extensionistas que fizeram parte das etapas desenvolvidas pelo projeto citado no decorrer deste trabalho.

4. AÇÕES EXTENSIONISTAS PARA A DIGNIDADE MENSTRUAL

Entendendo e assumindo que a urgência em se trabalhar o tema vai além da esfera econômica, outras iniciativas, quando aliadas, se tornam úteis para a exploração da temática. Nos últimos dois anos, bolsistas do projeto de pesquisa e extensão buscaram trabalhar com questões referentes à saúde feminina, atuando em áreas que buscam levar informações relacionadas ao tema de maneira fácil e segura.

Em 2021, ainda em período de pandemia, o projeto realizou sua primeira arrecadação de absorventes, voltada à doação externa. A divulgação dessa coleta foi feita de maneira online e nela foram recolhidos não só absorventes externos, mas também desodorantes, sabonetes e pastas de dente, organizados em kits para doação no Centro de População de Rua (POP) da cidade de Campo Largo. Lá, em conversa com a direção do centro, foram ouvidos relatos sobre a dificuldade de se conseguir doações do tipo, uma vez que mulheres e menstruantes são comumente despidos de suas necessidades biológicas específicas para caber em um sistema que não foi feito para lhes dar suporte.

Nesse período, também foram tomadas algumas medidas para mitigar a vulnerabilidade menstrual na instituição de ensino na qual o projeto está inserido. Durante os anos de 2022 e 2023, foi lançada a campanha da *Caixinha da Sororidade*, onde estudantes e colaboradores da instituição poderiam fazer doações de absorventes descartáveis na biblioteca do campus.

O intuito da caixinha era manter os banheiros femininos da instituição abastecidos com absorventes o ano todo, e as menstruantes que porventura precisassem, pudessem pegar em um dia e colocar mais um na caixa quando possível. Iniciativas como esta trabalham de maneira muito eficaz o tópico, relacionado aos estigmas da menstruação, visto que manter esses dispositivos a mão pode evitar que menstruantes passem por momentos constrangedores no período menstrual, dando a essas pessoas mais segurança em momentos de vulnerabilidade.

Outra ação tomada por este projeto foi o desenvolvimento de materiais didáticos voltados para pessoas que estão entrando na puberdade, principalmente menstruantes. Um desses materiais é a cartilha *Tornar-se Mulher* (Colombo, 2024), publicada pela editora IFPR⁶, que explora o processo de amadurecimento do corpo durante esse período. Por ter como personagem principal uma menina cisgênero, são abordados aspectos relacionados a isso, aprofundando-se no tema menstruação, dando diversas informações pertinentes ao longo da história, inclusive sobre a pobreza menstrual.

Aliado a campanha de arrecadação de absorventes e a referida cartilha, um perfil informativo na rede social Instagram foi criado a fim de divulgar todas as iniciativas do projeto. A partir desse perfil online, intitulado @o_segundosexo_⁷, os estudantes não só do campus, mas de outros lugares e instituições, têm acesso a diversas informações relacionadas ao tema de saúde feminina e de educação sexual de forma rápida e segura. Isso permite

que a falta de informação ligada a vulnerabilidade menstrual seja trabalhada, assim evitando que os preconceitos e falácias ligadas ao tema se perpetuem.

É por este perfil que a maioria dos resultados dessas iniciativas são notadas, a interação dos seguidores, as perguntas e os comentários são a forma que o projeto encontrou para atestar a eficácia dos movimentos desenvolvidos. Enquanto os questionários aplicados permitiram entender melhor as necessidades dessas estudantes, as ações promovidas pelo projeto permitiram chegar mais longe no combate contra os preconceitos e estigmas relacionados ao tema, além de promover uma maior proatividade da comunidade em debater a temática. Isso é perceptível pela *Caixinha da Sororidade*, que de início não teve muita participação, mas que, gradualmente, passou a se manter sozinha, mostrando o quão eficaz e importante é a tomada de ações simples como essa, na luta contra a pobreza menstrual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tabus construídos socialmente acerca do tema menstruação e do corpo feminino corroboram a negligência perante os casos de pobreza menstrual no Brasil e no mundo e impactam o desenvolvimento escolar e social de pessoas que menstruam. Nesse ambiente, a marginalização de assuntos sobre menstruação acontece trazendo diversas consequências, como a evasão escolar e a vergonha do próprio corpo, afetando negativamente os comportamentos sociais e a saúde de pessoas que menstruam (Assad, 2023). O relatório sobre pobreza menstrual no Brasil publicado pela UNICEF

⁶ Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/142/56/598>. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/o_segundosexo_/. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

e pelo UNFPA, em maio de 2021 (p. 5), declarou que “[...] não falar sobre a menstruação já é um jeito de falar sobre ela. A omissão demonstra preconceitos perpetuados no dia a dia”, alimentando os tabus que atingem negativamente as mulheres, meninas e pessoas que menstruam de maneira geral.

Por isso, é preciso desenvolver projetos que ofereçam o acesso à informação de qualidade sobre a saúde menstrual e desconstruam tabus e estigmas nesse âmbito, conforme as ações apresentadas ao longo do presente trabalho. A educação menstrual deve ser oferecida a todos, mas é de suma importância que pessoas que menstruam sejam apresentadas ao tema antes da primeira menstruação e que a elas sejam oferecidos meios práticos para mitigar possíveis situações de vulnerabilidade menstrual.

A partir do que foi apresentado neste trabalho, é possível afirmar, por fim, que preconceitos relacionados ao tema menstruação podem ser relacionados às diversas questões ligadas à estrutura patriarcal da sociedade. Como disse a escritora Simone de Beauvoir (Beauvoir, p. 63, 2020) “assim como o pênis tira do contexto social seu valor privilegiado, é o contexto social que faz da menstruação uma maldição”. A fala da autora simboliza a maneira distinta como não só a puberdade, mas a masculinidade e feminilidade são tratadas no contexto social. Portanto, é preciso desmistificar e trazer à luz o tema da menstruação, que vem sendo deixado nas sombras da sociedade por tanto tempo: debater é a melhor maneira de se tratar a raiz do problema social que é a vulnerabilidade menstrual.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas Públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, [S. l.], v. 2, n. 1, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PENSE_Saude%20Escolar%202015.pdf. Acesso em 20 de junho de 2024.

CARVALHO, Jess. Pobreza menstrual expõe presas a riscos de saúde no PR. **Jornal Plural Curitiba**, Curitiba, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/pobreza-menstrual-expoe-presas-a-riscos-de-saude-no-pr/> Acesso em: 04 jul. 2024.

CASSIMIRO, João. Carlos *et al.* Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa / Challenges in fighting menstrual poverty: an integrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 5181-5193, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/45562>. Acesso em: 22 de junho 2024.

COLOMBO, Angélica Antonechen. Dignidade menstrual para todas as pessoas que menstruam! **Difusão Revista de Extensão, Arte e Cultura - Instituto Federal do Paraná**, [S. l.], v. 1, n 11, p. 32-34, 2023. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/difusao/article/view/570/1627> Acesso em: 3 de julho de 2024.

COLOMBO, Angélica Antonechen. **Tornar-se Mulher: um guia prático das mudanças ocorridas no corpo feminino**. Curitiba: Editora IFPR, 2024.

G1. No Paraná, 16 municípios têm leis de incentivo à distribuição gratuita de absorventes. **G1**, Paraná, 9 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/03/09/no-parana-16-municipios-tem-leis-de-incentivo-a-distribuicao-gratuita-de-absorventes.ghtml> Acesso em: 8 de maio de 2024.

GONÇALVES, Gabrielle. Projeto ensina mulheres encarceradas a produzirem o próprio absorvente. **IG Delas**, 24 de março de 2023. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/alimentacao-e-bem-estar/2023-03-24/projeto-mulheres-situacao-de-carcere-absorventes-sustentaveis.html> Acesso em: 8 de maio de 2024.

GONÇALVES, Nadia, Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2016. DOI: 10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229. Acesso em: 22 de junho de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de trabalho e rendimento. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7222745/mod_resource/content/2/relatorio%20publicado%20IBGE_POF_2017_2018.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2024.

MACHADO, Ralph. Medida Provisória aumenta salário mínimo para R\$ 1.320 a partir de maio. **Câmara dos Deputados**, Brasília. 2 de maio de 2023. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/957339-MEDIDA-PROVISORIA-AUMENTA-SALARIO-MINIMO-PARA-R\\$-1.320-A-PARTIR-DE-MAIO#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201172%2F23,segunda%2Dfeira%20\(1%C2%BA\)\.](https://www.camara.leg.br/noticias/957339-MEDIDA-PROVISORIA-AUMENTA-SALARIO-MINIMO-PARA-R$-1.320-A-PARTIR-DE-MAIO#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201172%2F23,segunda%2Dfeira%20(1%C2%BA)\.) Acesso em: 20 de junho de 2024.

MOURA, Elisângela Santos, de. O direito à saúde na Constituição Federal de 1988. **Âmbito Jurídico**, v. 114, 2013. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13440. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

ONU News. ONU realiza debate sobre dignidade menstrual como direito humano e remoção de tabus.

Perspectiva Global Reportagens Humanas, 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1795152> Acesso em: 30 de julho de 2023.

PACHECO, Eliezer, Moreira.; MORIGI, Valter (Orgs.). **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania: a revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PIMENTEL, Carolina. Distribuição de absorventes beneficiará 24 milhões de pessoas. **Agência Brasil**, Brasília, 19 de junho de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-06/distribuicao-de-absorventes-beneficiara-24-milhoes-de-pessoas> Acesso em: 20 de junho 2024.

RODRIGUES, Jordana Vieira; BOTELHO, Daniela Garcia. A Pobreza Menstrual como fator de desigualdade social e violação de direitos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 527-544, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7581> Acesso em: 3 de julho de 2024.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas; UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos> Acesso em: 3 de julho de 2024.

UNICEF. **Water, Sanitation and Hygiene (WASH) Safe water, toilets and good hygiene keep children alive and healthy**. Disponível em: <https://www.unicef.org/wash> Acesso em: 30 de junho de 2024.

UNFPA Brasil. Falta de acesso a absorventes é a ponta do problema relacionado à pobreza menstrual. **UNFPA Brasil**, 30 de maio de 2022. Disponível em: <https://brasil.unfpa.org/pt-br/news/falta-de-acesso-a-absorventes-e-ponta-do-problema-relacionado-a-pobreza-menstrual-afirma>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

WWP. WORLD WITHOUT POVERTY. **O que é a pobreza?** Disponível em: <https://wwp.org.br/o-que-e-pobreza/> Acesso em: 30 de junho 2024.

Recebido em: 04.07.2024

Revisado em: 04.09.2024

Aprovado em: 12.09.2024